

# **MESAS DE TRABAJO**

## **I**

### **RECREACIONES ETNOGRÁFICAS**

**Antonio Medeiros**

(Coord.)

## **II**

### **LENGUAS, IDENTIDADES E IDEOLOGÍAS**

**LOS USOS SOCIALES Y POLÍTICOS DE LA DIVERSIDAD CULTURAL**

**Andrés Barrera González**

(Coord.)

## **III**

### **ANTROPOLOGÍA DE LAS EDADES**

**Carles Feixa Pámpols**

(Coord.)

**Federación de Asociaciones  
de Antropología  
del Estado Español**

**Asociación Galega de Antropoloxía**

**Actas del VIII Congreso de Antropología  
20-24 de Septiembre de 1999**

## AUTORITARISMO POLÍTICO E FOLCLORIZAÇÃO EM PORTUGAL: O MENSÁRIO DAS CASAS DO POVO (1946-1971)<sup>1</sup>

Jorge Freitas Branco  
ISCTE, Lisboa

### 1. Um instrumento de propaganda

Ao longo do século XX, as relações entre regimes políticos e movimentos folclóricos nacionais não foram sempre lineares. Associa-se aos regimes autoritários e fascistas uma prática de exercício do poder caracterizada por um forte e assumido controlo governamental das actividades ligadas ao movimento folclórico, transformando-o num instrumento para a mobilização ideológica. A investigação recente tem destacado este aspecto, como se depreende de um número considerável de estudos publicados (Dow & Lixfeld 1994, Lixfeld 1994, Gerndt 1987, Faure 1989). Em Portugal, o processo de folclorização à escala nacional e o aparecimento de um movimento folclórico (cf. Branco 1995, 1999) ocorrem num quadro ideológico, político e cultural caracterizado pela existência de um regime designado Estado Novo e que numa perspectiva política comparada se integra tipologicamente nos regimes autoritários de direita (cf. Pinto 1993). Neste texto pretendo propôr uma primeira avaliação do papel desempenhado por um dos instrumentos específicos criados pelo regime político então vigente, a fim de intervir activamente no movimento social em causa.

Do ponto de vista histórico da disciplinas antropológicas e, para o período em questão - *grosso modo* as décadas de 40 a 60 -, verifica-se que o discurso etnográfico produzido em artigos se encontra disperso por um número considerável de publicações periódicas. Na sua maioria são revistas de vocação regionalizante ou nacional não especializadas em etnografia. Revistas etnográficas propriamente ditas só se consolidaram ao longo do século as de filiação institucional académica, cuja circulação nos meios extra académicos terá sido muito reduzida ou mesmo nula. Deste modo, há que conceder redobrada atenção aos vários espaços de edição, onde regularmente apareceram textos de índole etnográfica.

O *Mensário das Casas do Povo* (MCP) constitui um desses casos. Foi editado entre Julho de 1946 e Dezembro de 1971, perfazendo a sua colecção completa 306 fascículos. A revista tinha propriedade institucional, uma vez que era o órgão oficial da Junta Central das Casas do Povo (JCCP). A equipa dirigente manteve-se estável ao longo do tempo. Era formada pelo director Fernando Cid Proença, pelo orientador artístico Manuel Couto Viana

(1892-1970) e pelo editor Álvaro Ribeiro (1905-1981).<sup>2</sup> Não me foi possível apurar as tiragens feitas ao longo das quase três décadas de actividade.

Uma das particularidades da revista era a sua distribuição gratuita, pensada para circular em todas as casas do povo do país e por arrasto, provavelmente também noutros lugares com frequente acesso público. Até princípios dos anos 60 sugere-se na contracapa a divulgação do seu conteúdo pela leitura em voz alta. Do ponto de vista gráfico, houve sempre o cuidado de manter uma mesma imagem. Em formato ligeiramente superior ao A4, as 20 e posteriormente 24 páginas de cada fascículo ostentam um bom equilíbrio entre texto e ilustração (fotografia, desenho e banda desenhada), numa relação reveladora do cuidado posto na adaptação a um público destinatário caracterizado pela ausência do hábito de manusear material impresso, ou com falta de capacidade ou treino de leitura. Os artigos são curtos, ocupando desde uma coluna a uma página, sendo frequentemente continuados em números seguintes. Nas capas figuram fotografias ou desenhos alegóricos. Numa primeira fase prevalecem imagens fotográficas de indumentárias rurais das várias regiões portuguesas, enquanto as alegorias se inspiram no calendário anual associado às grandes fainas agrícolas ou a eventos religiosos; a quadra natalícia nunca é esquecida. Grandes campanhas levadas a cabo pelo governo, como a da alfabetização de adultos durante a década de 50, forneceram motivo de inspiração para o arranjo de capas.

Cada fascículo abre com um editorial, onde em regra se comenta em moldes efusivos alguma medida de cariz social recentemente aprovada pelo poder político. Seguem-se os artigos, ficando a parte final reservada à publicação de legislação oficial, de passatempos vários, de curtas transcrições de outra imprensa e de alguma publicidade, em regra de grandes empresas ligadas ao sector da lavoura.

## 2. Um modo de doutrinação

Compilando os artigos publicados ao longo dos 26 anos de vida do MCP, verifica-se como certos temas constituem uma constante na política editorial estabelecida. Na senda dos respectivos editoriais, são os aspectos de doutrinação no âmbito estrito da ideologia do regime - o corporativismo -, aplicados à realidade rural nos aspectos relativos à organização do trabalho, à assistência, à previdência e aos tempos livres que preenchem os sumários da revista. Tratando-se das questões centrais nos propósitos do organismo promotor da publicação, estes assuntos vão sendo explanados de dois modos. Um mesmo autor assegura o respectivo tratamento ao longo de vários fascículos, ou então estabelece-se uma rubrica continuada, garantindo-se a continuidade com os contributos fornecidos por várias pessoas; em regra predomina a primeira fórmula.

Podem isolar-se as seguintes vertentes: o corporativismo como doutrina política e social do estado, a assistência rural, a educação sanitária, uma antologia literária rural, a economia rural, a saúde pública, a pureza da língua portuguesa - leia-se guerra aos estrangeirismos -, as personalidades e factos gloriosos da história nacional, a etnografia. Para além destas temáticas é dedicado espaço à divulgação de aspectos da legislação sobre casas do povo, à comunicação dos subsídios pecuniários a cada uma delas atribuídos, ao relato dos eventos associativos nelas ocorridos, assim como à apresentação de uma, cuja inspecção julgou dispor de funcionamento modelar.

Durante os primeiros anos de vida da revista é notório o cuidado em divulgar instruções e sugestões para o arranque e organização da instituição nas muitas localidades em que ela se implantou. São aflorados problemas relativos à organização de arquivos administrativos, da criação de emblemas, do modo de mobilar e tornar o espaço atraente para o convívio entre os sócios. Propõe-se um mobiliário modesto, se possível transmitindo um espírito de sintonia regional. É dado bastante destaque sempre que numa localidade a respectiva casa do Povo passa a dispor de edifício próprio. Para além destes assuntos

tratados em permanência, outros seriam aflorados duma forma menos continuada, pois traduzem questões sentidas num determinado momento.

Vistas de relance, as opiniões expressas nos artigos são curiosas, mas monótonas. Quase três centenas de autores compõem o universo de colaboradores, que alimenta a revista ao longo do tempo. O *Mensário* não fomentou debate, porque era uma revista para a divulgação da doutrina oficial. Pode, por isso, deduzir-se que a angariação de colaboradores se baseou no critério da afinidade ideológica com o regime e só em segundo plano a remuneração terá constituído um aliciamento complementar.

### 3. Uma etnografia popularizante

Sendo um dos assuntos principais, a etnografia ocupa no MCP um espaço equilibrado com os outros temas. Passemos em revista alguns dos autores mais facilmente identificáveis. As suas colaborações assumiram aspectos muito variados.

Joaquim Azinhal Abelho (1916-1979) é uma presença regular ao longo da vida da revista [40-306]. Nascido no Alentejo, dedica ao teatro popular todo um fervor literário, predominando nas publicações temas da sua região natal. Sob o título genérico *Roteiro Lírico do Alentejo* [40, 52, 53, 54, 61, 62, 135] discorre em moldes sucintos sobre traje rural, as debulhas e os cantares, baseando-se no conhecimento e recordação pessoais. Em contribuições posteriores preocupa-se com a reactivação do artesanato [131] ligado à olaria [104, 120] e ao mobiliário regional [126], aborda aspectos do teatro popular - sobre o qual fez um levantamento à escala nacional financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian -, para além de compôr um *Calendário Rural*, em que a cada fascículo corresponde um dos meses do ano [177, 247-258]. A sua visão do mundo campestre traduz-se no olhar do homem de letras, ligado pela emotividade ao mundo rural, extraindo-lhe incidências estéticas, que recria pela fixação escrita, quer em palcos, como em cenários para películas rodadas para a Campanha Nacional de Educação de Adultos, lançada em 1955. Foi ainda o organizador de cortejos históricos realizados na cidade de Évora.

Alexandre de Carvalho Costa (1908-1986), professor de liceu, bibliotecário e colaborador frequente na imprensa da cidade de Portalegre, alinha ao longo de 21 fascículos descontinuados [33-113] materiais de cariz lexicográfico com vista à composição posterior de uma obra, vinda a público em 1969, com o título *Alagoa. Concelho de Portalegre. Aldeia Pitoresca do Alto Alentejo*.

Com intenção similar o MCP acolhe durante a década de 50 e até meados dos anos 60 uma série de artigos incidindo sobre a ilha da Madeira, da autoria de António Marques da Silva (1900-1978), professor primário e romancista. Apresenta cenas da vida rural inspiradas na pequena freguesia nortenha onde desde muito jovem viveu [45, 48, 60, 63, 98], focando aspectos da linguagem popular. Em colaborações posteriores aborda à escala da ilha as indústrias caseiras [119, 122, 124, 126, 135, 140, 144], a alimentação camponesa [146, 153, 155, 158, 162, 164, 169] e os vários níveis de comportamento social, sendo de realçar o texto dedicado ao repentismo [203].

Originário de Miranda do Douro, na fronteira com Leão, e tendo vivido sempre em Trás-os-Montes, António Maria Mourinho (1917-1996) era sacerdote e colaborou desde os primeiros números [4]. Havia de realizar muita investigação histórica e folclorística, tornando-se referência incontornável em assuntos da sua região. Além disso, pugnou pelo reconhecimento e aceitação do dialecto mirandês. Dispondo de conhecimentos da bibliografia científica bem mais amplos e aprofundados que a maioria dos restantes colaboradores da revista em matéria etnográfica, nos contributos que vai publicando até finais de 50, sobressai o relato da sua acção de recuperação dos autos da Paixão, envolvendo dezenas de participantes. Segundo afirma, foi para ele prioritário depurar as

representações tal como as encontrou de início, colocando-lhes um enredo consentâneo com as normas religiosas, inspirando-se para o efeito em espectáculos similares organizados na Baviera [12, 13, 14, 57]. Como resultado esperado e alcançado deste esforço - as representações referidas realizavam-se a anos de intervalo dada a sua duração e o grande esforço de mobilização e de organização necessários -, A. Mourinho refere os milhares de forasteiros atraídos pelo espectáculo. Em 1945 cria um pequeno museu etnográfico em Miranda do Douro, que ainda hoje existe.

Abel Viana (1896-1964) era professor primário e foi uma presença regular nas páginas do *Mensário* na década de 50. Nascido no noroeste do país, cedo se interessou pela organização de agrupamentos folclóricos permanentes na sua terra natal, cabendo-lhe o mérito de ser um precursor a nível nacional neste domínio [84-88, 134-138]. No desempenho das suas funções profissionais, passaria a inspector no sul (Algarve e Alentejo). Esta actividade proporcionou-lhe um conhecimento aprofundado destas regiões, interessando por assuntos de índole etnográfica, mas envolvendo-se com afinco em escavações arqueológicas. A partir da década de 40 organiza uma publicação regional e dedica-se à direcção do museu da cidade de Beja. Prolífero tanto na actividade editorial, como na da escrita, a sua colaboração no MCP reflecte uma preocupação em divulgar propostas para boas regras nos programas e exibições dos agrupamentos de folclore [105-108]. Interessa-se também pela recuperação do artesanato caseiro, a incentivar e fomentar [77-78, 81, 82, 91, 105-111-114, 130, 142]. Abel Viana alimenta assim um discurso de feição regionalizante centrado prioritariamente no elemento arqueológico. Numa perspectiva etnográfica interessa-se por lexicografia e, no plano nacional, emerge como figura pioneira e posteriormente moralizadora do movimento folclórico.

José Alves de Capela e Silva (1884-1972) pode ser considerado um sucessor de José da Silva Picão, do chamado grupo de Elvas<sup>3</sup>. Como para tantos outros, a terra à qual dedicaria toda uma vida, transformou-se na pátria adoptada. Nascido nas terras altas do norte interior, na cidade da Guarda, instala-se muito jovem na raia alentejana, casa-se com uma nativa de família abastada, administra as propriedades, e foi simultaneamente regente agrícola numa colónia correcional. Dedicou-se de alma e coração à lexicografia da região, desenvolvendo intensa actividade publicista na imprensa local. O MCP tem dois artigos atestando a sua afinidade electiva - *A vida rural alentejana* [60, 68]. Escritos nos derradeiros anos de vida, marcam a sua presença na revista e a reputação de que desfrutava. Na segunda e última colaboração defende o papel pedagógico dos pequenos museus rurais que as casas do povo deviam acolher.

Correspondendo a uma geração mais nova, e divulgando as virtudes das planícies do sul sentidas e ouvidas no pormenor lexicográfico, encontramos dois activistas destas lides enaltecidas de pequenos territórios.

Joaquim B. Roque (1913-1995), filho de um pequeno comerciante da aldeia de Peroguarda, no Baixo Alentejo, cedo reconhece não ter vocação para o sacerdócio previsto e empenha-se no movimento folclórico rural emergente, mobilizando os jovens da sua terra natal para o concurso nacional de aldeias, realizado em 1938. As suas recolhas incidem ao longo do tempo nos aspectos lexicográficos do cancioneiro do Baixo Alentejo. Dele escolhe aspectos relativos ao ciclo de Natal para publicar no *Mensário*, coincidindo com os números do mês de Dezembro dos anos de 1950 e 1951 [54, 66].

Trabalhando numa área próxima e entrando em franca concorrência pelo domínio da autoridade sobre uma mesma região, encontramos um outro cultor da língua para através dela fixar e criar parâmetros de cultura popular. Manuel Joaquim Delgado (1910-1990), tem colaboração assídua no *Mensário* desde meados dos anos 50 até ao desaparecimento da revista. Dele dispomos de artigos de opinião e, no plano etnográfico, de colaboração extensa e continuada sobre a oratória religiosa popular [91, 92, 94-96] e o adagiário

alentejanos [103-105, 121-123]. Filho da terra sobre a qual escreve, esteve profissionalmente ligado à administração e formação escolar primárias.

Olhando para o norte do país, o MCP atraiu nomes importantes da actividade de escrita e divulgação etnográficas. Conservador de museu, Armando de Matos (1899-1953) concebeu o plano que deu origem, em 1945, ao Museu de Etnografia e História na cidade do Porto, única grande estrutura museológica nesta especialidade fora da capital. Publicou estudos sobre assuntos arqueológicos e etnográficos relativos ao norte português e leccionou numa escola de Belas Artes. Sob o título genérico de *Rurália*, tece considerações sobre o traje regional [4] e a habitação das camadas populares [16-17] numa preocupação de identificação e depuração de contaminações — leia-se os acertos pelas modas urbanas. De acordo com a sua experiência redige ainda um artigo sobre o modo de proceder na organização de arquivos etnográficos [22].

Outra questão conotada em regra com o norte de Portugal é a gestão comunitária de recursos (uso da propriedade) e da organização de certas tarefas agrícolas (debulhas). Ainda antes do aparecimento das monografias de A. Jorge Dias sobre Vilarinho da Furna e Rio de Onor - em 1948 e 1953 respectivamente - e logo no primeiro ano da revista [2] Augusto César Pires de Lima (1888-1959) aborda com nostalgia esses usos tão contrastantes com o reprovável individualismo da sociedade moderna. Foi o promotor e o primeiro director do museu concebido com a colaboração de A. Matos.

Numa linha de aparente imitação do romantismo oitocentista na apologia ao elemento rural encontramos as *Crónicas de aldeia* [6, 9, 13, 16, 18, 41-44], saídas do punho do médico Fernando de Castro Pires de Lima (1908-1973). Nelas o pendor etnográfico não assenta na preocupação das recolhas obedecendo a um qualquer método aplicado, mas no ímpeto literário e no subjectivismo exacerbado posto em evidência pelo autor. A matéria encontra-a ele nos relatos duma criada da sua infância, hipotética alusão à glória das letras lusitanas Almeida Garrett. Esta personalidade foi decisiva nas décadas de 50 e 60 para as actividades etnográficas desenvolvidas e apoiadas no norte de Portugal, uma vez que fundou e manteve uma revista, para além de dirigir o museu herdado de (seu tio) Augusto C. Pires de Lima.

Com presença ténue, encontramos João Vieira Resende (1881-1959), padre e autor de uma monografia sobre Gafanha, uma localidade da zona lagunar do rio Vouga.<sup>4</sup> Observador e textualizador do litoral nortenho publica no *Mensário* notas sobre descantes e poesia popular [11, 18], sendo a restante colaboração de conteúdo fortemente moralizante, ao alertar para os perigos da perda de ingenuidade das populações rurais e para as virtudes da mulher ligada ao lar [47, 71].

Uma situação semelhante caracteriza a presença de outra figura nortenha destacada: José Rosa de Araújo (1907-1992). A sua colaboração surge já nos anos 40 e mantém-se ténue, embora regular até 1968. Destacou-se como editor de uma revista regional dedicada ao Alto Minho. Para o *Mensário* escreve sobre aspectos literários avulsos focados numa lupa localista, de sabor etnográfico [178-179].

A região centro-litoral portuguesa, designada por Estremadura, teve na pessoa de Guilherme Felgueiras (1890-1990) o seu principal construtor identitário. Foi funcionário público, desempenhando tarefas que se conjugavam com os seus interesses pessoais, como por exemplo a edição duma revista regional. Dedicou-se inicialmente à arqueologia, concentrando-se depois mais na matéria etnográfica. Tornou-se conhecido das autoridades e do público ao realizar e dirigir, em 1945, uma recriação medievalizante das festas do Espírito Santo na vila de Alenquer. A sua intensa actividade de produção escrita traduz-se numa colaboração ténue, mas regular no MCP. Aparece logo em 1947 e o seu último artigo é de 1971 [7 e 300]. A incidência da colaboração recai na década de 60, com uma dezena

de artigos tratando assuntos avulsos, abordando singularidades retiradas dos seus materiais: trovas populares tematizando os caminhos de ferro, o papel de determinados animais e plantas nas crenças populares e os agrupamentos folclóricos.

#### 4. Um combate nacionalista

Até ao momento foram aflorados autores e matérias repartidas pela sua incidência regional. Importa agora ver os que se preocupam com uma visão mais global do país.

Luís Chaves (1889-1975) era matemático por formação, conservador dum museu arqueológico de Lisboa de profissão e cedo aceitou funções que lhe permitiram compilar tradições populares no vivo. Por conta de organismos centrais da política cultural calcorreou o país, desdobrando-se em iniciativas à escala nacional. Manteve no *Mensário* uma presença bastante assídua, na qual transparece mais a vertente ilustrativa em detrimento do elemento substantivo. Serve de exemplo a sua rubrica *Coisas & Lousas* [1, 3, 5, 7, 10, 14, 19], onde discorre sobre curiosidades e aspectos do folclore. Os textos abundantes que se irão paulatinamente sucedendo até ao penúltimo fascículo abordam temas diversos, como a valorização do artesanato, os presépios, os rituais do ciclo de vida do indivíduo, efemérides em torno de congressos realizados em Portugal e no Brasil, recolhas de adivinhas, o papel educativo dos pequenos museus rurais ou ainda os trajes históricos. Relativamente a este etnógrafo vale a pena salientar que a lista das suas publicações não se esgota no *Mensário*. Deu à estampa uma série de livros e mantinha colaboração não menos frequente para outras revistas do seu tempo. É difícil encontrar um fio condutor na sua produção escrita: trata tradições populares. Os seus trabalhos assentam na compilação de dados em torno do elemento escolhido, as observações próprias feitas ou ouvidas ficam quase abafadas pelo complemento da informação histórica não menos carregada de factualidade. Para ele, assim como para muitos outros da sua geração, o método parece sobrepor-se ao objectivo, sendo que o primeiro assenta nos factos ou na necessidade da sua criação. Por isso compreende-se que uma das suas preocupações reveladas nas páginas do MCP tenha sido a de aproveitar a revista como veículo para a recolha local e a centralização em arquivo das respostas obtidas por todo o país. A quadra popular é um dos assuntos que propõe para um levantamento nacional sistemático [223, 225-230].

Folheando a colecção da revista, encontram-se mais autores escrevendo com uma perspectiva similar: temas de incidência etnográfica expostos ou compilados à escala nacional.

Fernando Falcão Machado (1903-19?), professor de liceu, dedicou-se à arqueologia, à crítica de arte e foi um devotado compilador do rifoneiro português. Ao longo de 48 números dá à estampa *Estudos sobre o Rifoneiro Português I, II, III* [259-306], ordenado segundo os meses do ano. Em extensa colaboração anterior apresentou uma bibliografia das monografias regionais, organizada por distritos [65-148, 211-238] - e que sendo um instrumento de trabalho útil, certamente nunca foi lida em voz alta, ao contrário do rifoneiro. Foi, por conseguinte, um autor assíduo na colaboração prestada, destacando-se pelo referido rifoneiro.

O artesanato é outro assunto de grande relevo e para o qual se ensaiam textos legitimadores com enquadramento etnográfico. Para além dos casos já referidos, como J. Azinhal Abelho ou Abel Viana, ou ainda Sebastião Pessanha [224] - de quem mais adiante se falará -, muitos autores debruçam-se repetidas vezes sobre esta matéria. A sua listagem seria demasiado fastidiosa. A revitalização do artesanato integra a orientação política claramente assumida nos objectivos do *Mensário*. Deixo referidas algumas situações apresentadas. É o caso de Rosa Ramalho, uma ceramista popular descoberta e incentivada por intelectuais urbanos, ou o artigo de João Falcato (1917-?), um escritor nacionalista que

sai em defesa dos bonecos de barro de Estremoz, nesses anos já sem artesãos continuadores [101]. Situação análoga é referida por Manuel Coimbra ainda na década de 40 sobre a loiça preta produzida em Molelos, no interior norte do país [22]. Receia-se o desaparecimento desta artefactualidade, a perda do respectivo saber técnico pela adopção de substitutos de origem industrial - temidos por descaracterizantes do quadro rural desejado. Em contrapartida, outras produções enaltecidas parecem gozar de boa saúde, como as colchas bordadas de Castelo Branco [70, 163]. Como se vê, entram na arena nomes sem pergaminhos adquiridos nos domínios da etnografia. É uma união de esforços entre a fundamentação e a defesa de valores materializados numa tradição que se quer construir.

Surpreendem-se outros pontos de confluência entre razão dita etnográfica e posições de princípio no campo ideológico ou no das atitudes. Uma destas convergências foi já mencionada. É a pureza que os agrupamentos folclóricos devem exhibir nas suas actuações. Mas não é diferente a forma de olhar a relação entre a árvore de natal e o presépio. Ao folhear o *Mensário* fica-nos a sensação de ter sido esta outra questão de fundo. O lento abandono do presépio a favor das árvores nos centros urbanos, que se começa a fazer sentir na década de 50, adquire na revista importância justificadora de campanha em prol de valores nacionais ameaçados [186]. Há artigos expressivos desta luta entre o nosso e o alheio [7, 90, 234]. As lamentações aparecem soltas ao longo dos anos e reflectem-se talvez no extremo cuidado posto na ilustração dos números de Dezembro, sempre dedicados a esta festividade.

À música regional e ao canto é prestada também grande atenção, sobretudo até finais dos anos 50. Entre os vários contributos dados à revista, figuram os de Armando Leça (1893-1977), compositor e professor de música, autor de uma cantiga para as festas de São João de 1946, na cidade do Porto. Para além desta actividade dedicou-se durante longos períodos à recolha musical para a elaboração de uma discoteca popular portuguesa. No MCP assina dois artigos [1, 126], um no número inaugural, prevendo o impossível, ou seja, as casas do povo como focos de concentração e difusão de música popular, outro mais tardio versando matéria mais substantiva da sua especialidade. Esta ideia de educação popular nas áreas rurais através da dedicação à música e ao canto parece ter constituído uma das grandes apostas iniciais difundidas nas páginas do *Mensário*.

No segundo número dá-se início a uma série de 11 artigos intitulados *Música para todos*, onde em moldes bastante simples e claros se mostra como organizar um grupo musical ou de canto coral [2, 3, 5-8, 10, 12, 15, 16, 20<sup>5</sup>].

A temática continuaria a ser abordada desta vez por Hermínio Nascimento (1890-1972), compositor nacionalista, professor de história da música e estudioso de música africana, numa outra série de sete artigos [134, 138, 140, 155-158]. Como adiante se verá estes artigos estão ligados à questão da folclorização e a um movimento social em crescimento.

Um problema que transparece regularmente na revista é o do estatuto da etnografia. Este assume uma dupla vertente. Por um lado, insiste-se na difusão para fins de educação popular - papel a ser desempenhado por pequenos museus rurais -, pelo outro, defende-se a institucionalização por via do seu ensino como disciplina a ser ministrada na formação dos professores primários.

D. Sebastião Pessanha (1892-1966) é a figura mais influente e prestigiada no debate museológico de então. Tendo sido coleccionador, legou ao estado após a sua morte uma importante colecção de máscaras portuguesas. É com esta matéria que marca presença como colaborador do *Mensário*. Intervém desde os primeiros fascículos com uma série, onde procede a uma revisão crítica do panorama da museologia etnográfica no país [7, 9, 13, 19, 22, 25, 33, 38, 48 e 176, 221]. Esta voz com autoridade reconhecida é secundada

por outras, tanto de pessoas ligadas à actividade etnográfica [Abel Viana: 154, 157; J. A. Capela e Silva: 67-68; Luís Chaves: 182, Guilherme Felgueiras: 219], como pela de pessoas dedicadas à acção propangandística em geral [Aires de Carvalho: 108, 109; João Falcato: 111]. Resumem-se a dois os principais objectivos contidos na museologia defendida. Numa primeira abordagem trata-se de recolher objectos considerados tradicionais, entenda-se por tal, em vias de cair em definitivo desuso, servindo desta forma de arranjo estético no interior das casas do povo, de alerta para a salvaguarda e incentivo para a recuperação pelo estímulo e incremento da actividade artesanal orientada. Segundo, e em ligação estreita com o primeiro pressuposto, julga-se possível criar um inventário de etnografia portuguesa, a partir de objectivações seleccionadas (o profano, o sagrado, o nacional, o local). Ao último propósito pretende-se associar de igual modo uma acção pedagógica tradicionalizadora junto das populações. Este objectivo não seria alcançado, na medida em que se julgou possível a sua concretização em termos amadorísticos. As iniciativas desenvolvidas em algumas localidades do país, cedo caíram no esquecimento, dada a falta de capacidade de mobilização de recursos científicos e técnicos para a continuidade das recolhas, da conservação e manutenção do espólio, como por fim também pela precariedade dos espaços expositivos eventualmente disponíveis.<sup>6</sup>

A concretização dos fins em vista passaria pela crescente valorização da matéria etnográfica. Só assim o elemento de instrução popular desejado poderia ser sistematizado e transmitido às pessoas. A forma de institucionalizar a ideologia nacionalista assente na nostalgia rural seria a fixação de um *corpus* etnográfico constituído com base empírica estabelecida. A etnografia é atribuída esta função desde o início da revista. Logo nos números iniciais são incluídos artigos contendo extractos de discursos oficiais de dirigentes políticos nacionais, onde estes incluem na estratégia política do corporativismo o interesse pela matéria etnográfica como uma das essências da acção ideológica a levar a cabo.<sup>7</sup> Para exemplificar, recorro quase ao acaso a um funcionário do SNI, jornalista muito activo e musicólogo, Gastão de Bettencourt (1894-1962), que na qualidade de colaborador regular do MCP, escreve artigos de títulos sintomáticos como *Do folclore como elemento de formação nacionalista* [75] ou *O folclore nos meios rurais contra a poluição das ideias nacionalistas* [114], comprovando-se esta atitude e o respectivo procedimento. Trata-se de um princípio editorial programático.

Estes parâmetros editoriais foram de certo vistos em moldes diferentes pelos potenciais colaboradores da revista interessados na matéria etnográfica. Enquanto uns enviavam colaboração de acordo com esse espírito nacionalista, onde o princípio ideológico prevalecia sobre o rigor da matéria exposta,<sup>8</sup> outros terão remetido os seus escritos no intuito de contribuir para a formação dum fórum etnográfico num quadro nacionalista.

Em 1950 a pressão sentida pela redacção da revista para reforçar a componente etnográfica publicada no *Mensário* deve ter sido considerável. Manuel Couto Viana encarrega-se de fazer um inquérito junto de presumíveis interessados, a fim de ser ponderada a hipótese de se vir a fundar uma revista de etnografia. O questionário foi enviado a 118 destinatários, obtendo-se 51 respostas. Dos resultados apurados interessa sublinhar que a esmagadora maioria dos inquiridos é favorável ao lançamento duma revista etnográfica, a ser publicada por um organismo público, tendo Lisboa como local de edição, sendo o nome de Luís Chaves o mais solicitado para a dirigir.<sup>9</sup> Destas circunstâncias certamente insuspeitas ao comum dos hipotéticos leitores ou ouvintes do *Mensário*, pode-se extrair uma conclusão. O papel da etnografia na formação ideológica do cidadão, especialmente rural, não é questionado por literatos e etnógrafos que confluem na revista em causa. A divergência das posições vistas numa perspectiva individual parece derivar da motivação pessoal que faz com que uns discorram num discurso circunstancial de ficção, enquanto outros julgam possível criar bases de instrução cívica nacionalista a partir de um trabalho disciplinado conduzindo à fundamentação etnográfica dos mesmos princípios ideológicos. A principal característica deste discurso etnográfico defendido pelos segundos

não será a falta de método ou de interesse pela teoria, mas a exclusão do elemento comparativo. É uma etnografia popularizante.

Compreende-se assim o empenho manifestado sempre e regularmente na revista pela introdução da etnografia nas escolas de formação dos professores.<sup>10</sup>

### 5. O associativismo

O *Mensário* começa a ser editado no seguimento da criação em 1945 da Junta Central das Casas do Povo (JCCP), servindo-lhe de boletim oficial. A este organismo competia coordenar a actividade das casas do povo. Criadas em 1932<sup>11</sup> tinham por objectivo principal assegurar a assistência social e o enquadramento político das populações rurais (Torgal & Homem 1982: 1439-1441). Em paralelo, no ano de 1933 foi instituída a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), um organismo destinado a proporcionar programas para a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores. Embora formalmente independentes, ambas as estruturas deviam articular-se, o que só vem a acontecer depois de 1945. O aparecimento da Junta Central atrás referida insere-se neste propósito. A presença destes órgãos centrais no terreno fez-se através da instalação de casas do povo e de centros de recreio respectivamente. A partir das reformulações do após-guerra a actividade da FNAT desenrolava-se preferencialmente no espaço físico das casas do povo. A cobertura do território nacional por estas últimas foi sendo sempre alargada ao longo das décadas seguintes, revelando o respectivo mapa disparidades; o sul, embora menos povoado parece ter tido uma rede mais densa em termos proporcionais. Folheando o *Mensário* nota-se o cuidado das autoridades em transmitir o esforço do regime em apertar a malha destas casas pelas aldeias do país. Em regra ocupando espaços físicos de recurso, a revista dá bastante relevo sempre que se verifica a inauguração duma sede própria nalguma localidade. A questão do espaço físico directamente vocacionado para os fins em vista é abordada nos primeiros anos da publicação do MCP. Raul Lino (1879-1974), um dos arquitectos portugueses mais prestigiados, propõe soluções arquitectónicas e publica plantas, inspiradas nas visões do regime [8, 10, 12, 14, 15, 18]. O enquadramento da população garantia-se pela adesão, em princípio voluntária, dos chefes de família, mediante o pagamento de uma quota. Eram estes os requisitos para aceder aos vários benefícios que, do ponto de vista dos sócios, seriam naturalmente a assistência médica e a previdência social. No entanto, como se tratava de uma estrutura básica num aparelho corporativista, às casas do povo também deveriam de aderir as pessoas ligadas ao patronato, sendo que estas daí não retiravam as vantagens materiais referidas. As casas do povo materializavam a harmonia de classes.

As casas do povo constituíram um instrumento privilegiado de intervenção do estado no mundo rural. De acordo com as suas atribuições pretendeu-se canalizar a vida social das aldeias portuguesas para o seu seio, na medida em que se tratou de introduzir um espaço novo e diferente. Aqui se ministravam cuidados de saúde, se acedia aos fundos de previdência, se queria organizar formas de convívio: instalação de rádios, mais tarde de televisores, biblioteca (Torgal & Homem 1982, [179]) e projecção de cinema [177]. A actividade associativa foi nelas centralizada, pois passaram a acolher e a enquadrar iniciativas ligadas ao lazer (música, dança, folclore, desportos, etc.). Quer isto dizer que o Estado Novo foi colocando em centenas de aldeias portuguesas uma instituição que alterou a distribuição do espaço simbólico até aí existente. A igreja, o salão paroquial, a pernicioso taberna [107] e eventualmente alguma sociedade recreativa sediada na localidade viram a anterior relação de forças alterada.

Na literatura antropológica encontramos abordados aspectos dessa presença, observada ou equacionada para a década de 60. José Cutileiro menciona com algum pormenor o papel da casa do povo em Vila Velha, no Alentejo. De acordo com os seus

dados, a reacção da população a esta instituição era de quase indiferença, porque a viam como uma instância controlada pelos grandes proprietários locais (1977: 201-206).

Em São Miguel, a aldeia da Estremadura situada a cerca de 40 quilómetros de Lisboa, onde Joyce F. Riegelhaupt fez trabalho de campo na mesma década, não havia casa do povo. Comparando os seus materiais com os dados fornecidos na monografia de J. Cutileiro, mostra como o estado autoritário cria o "apoliticismo" característico do campesinato português, sendo o "anticlericalismo popular" prevalecente a resposta à impossibilidade de participação política (Riegelhaupt 1979, 1982). Estas propostas são interessantes, porque propõem interpretações estimulantes para a avaliação das tensões a nível local. Coincidem entre si, neste caso o Alentejo e a Estremadura daquela época e autorizam a análise feita, mas creio que o papel das casas do povo pode ser visto em moldes diferentes.

Não pretendo pôr em causa a apatia política constatada, nem as atitudes anticlericais observadas. Julgo que a indiferença - para não dizer desconfiança - popular face à casa do povo em Vila Velha, se poderia ter igualmente encontrado em muitas outras localidades dotadas deste tentáculo do aparelho corporativo. E só uma tentativa de análise não centrada no local, mas na globalidade da actuação deste aparelho nos pode mostrar uma face oculta, mas dinâmica da "apatia" ou do "anticlericalismo" - ou seja, a da resistência activa que importa inventariar e aprofundar (Freire, Fonseca & Godinho 1997).

Na medida em que as casas do povo eram administrativamente o instrumento de controlo político das populações exercendo quase um monopólio sobre o associativismo nas zonas rurais (cf. Melo 1997), as actividades culturais, sobretudo as que ultrapassavam o âmbito local, caíam rapidamente sob a alçada da vontade do regime. O caso mais paradigmático será porventura o dos agrupamentos folclóricos e similares. Carentes de espaço para ensaios, locais para guardar instrumentos e atavios, assistência técnica e artística e de palcos onde se exhibir perante plateias estranhas, estes problemas só podiam ser resolvidos em regra de forma satisfatória pela casa do povo em termos de instalações e pela articulação com a FNAT no que respeita os subsídios financeiros e a inscrição em espectáculos e concursos. Nesta perspectiva há que olhar o conjunto dos agrupamentos sediados em casas do povo no plano nacional, o que faculta um quadro diferente. Torna-se mais evidente uma dinâmica quase imperceptível à escala de análise micro, sobretudo quando, por acaso, a localidade estudada não dispõe de um dos muitos ranchos ou grupos corais existentes numa contagem a nível nacional. Vista nestes moldes, esta perspectiva conduz à descoberta dum processo social nos campos de Portugal, que só pode ser percepcionado no plano do país. A sua base de apoio é o estado, mas ela só existe com a população rural como os agentes desse processo. Voltando à argumentação de J. Riegelhaupt, há que conjugar o quadro sociológico por ela sugerido com esta perspectiva global. O que na abordagem micro emerge como "apoliticismo", assumindo o comportamento anticlerical um papel compensatório, transposto para o movimento folclórico à escala nacional, configura outro panorama. Uma parte da população campesina, - heterogénea entre si, uma vez que há assalariados, pequenos agricultores, rendeiros, pequenos comerciantes, etc. - desprovida de participação política local, encontra na actividade inovadora proporcionada pela participação nos agrupamentos folclóricos uma forma de exprimir novos e diferentes sentimentos. Estes provocam no interior das aldeias rearranjos nas relações sociais; criam outra forma de competição e relacionamento entre as pessoas (grupos de convívio, deslocações ao exterior, novas identidades para a localidade). Num perspectiva nacional e na do aparelho político-administrativo trata-se de materializar e demonstrar cultura nacionalista, para o que os agrupamentos emprestam os seus membros como actores nas exhibições. À primeira vista estabelece-se uma relação entre dar e receber, onde as compensações mútuas parecem equilibradas. Mas na prática não tem que haver sintonia na profissão de fé; do lado popular o quadro só é perceptível no grupo, sendo o compromisso individual a produção artística e não a comunhão de ideias (ninguém irá

prescindir da cara bonita duma rapariga esbelta, da elegância de um jovem dançarino ou duma voz com bom timbre).

Neste sentido se o "anticlericalismo popular" serve de válvula de escape para a impossível participação política local, a inserção no movimento folclórico num primeiro momento parece ampliar este comportamento para uma escala maior. Mas ao mesmo tempo a integração neste novo nível de acção permite recorrer a uma linguagem ambígua que, de facto, traduz uma modalidade secularizante específica. Sendo assim, os pilares tradicionais da ideologia nacionalista materializada no corporativismo, induzem a uma alteração na relação entre os sectores tradicionais de exercício do controle sobre as populações. A casa do povo retira algo à igreja, mesmo se alguns insistem em que o domingo continue a ser o dia do Senhor [11, 203, 206, 214, 215].

M. Espírito Santo na sua monografia sobre Reguengos do Fetal, aldeia no litoral centro português, dá informações interessantes para a discussão deste ponto. Na década de 70, altura em que fez trabalho de campo (1973 a 1976), observa que há grande adesão da população à participação nos ranchos folclóricos.<sup>12</sup>

## 6. Recreações etnográficas

No *Mensário* é dada voz a um sentimento nacionalista em busca de fundamentação cultural dentro do programa ideológico do regime. A etnografia é entendida como um estado de espírito e uma meio para alcançar esse objectivo. Salvo algumas excepções, não tem substância na obra dos seus autores, porque ela é produzida, em regra, como manifestação contra o movimento neo-realista emergente na literatura. A maioria dos textos de feição ou intenção etnográficas publicados podem ser lidos como uma arma utilizada nesse combate.

O universo dos colaboradores da revista que nela divulgam etnografia popularizante (pelo público-alvo tido em mente) e nacionalista (pela postura ideológica que os congrega), é relativamente reduzido. Um simples relance permite constatar que muitos etnógrafos vivos e activos naquele período não figuram como autores no MCP. Parece ter existido uma selecção de colaboradores feita por sintonia ideológica. Não será de excluir que potenciais autores editáveis, não o tenham sido por razões de ordem pessoal ou de lealdade de grupo alheia à postura ideológica. Por último, a redacção do *Mensário* certamente se esforçou por equilibrar a presença das diversas regiões. Estes elementos são conjecturas suscitadas pelo contacto com a colecção completa da revista.

A presença dos autores que escrevem sobre etnografia pode ser tipificada da seguinte forma: os de visibilidade ténue, regular, assídua ou constante. Esta graduação assenta na quantificação da colaboração dada, respectivamente, em um ou dois fascículos (J. A. de Capela e Silva, Joaquim Roque, J. Vieira Resende, Armando Leça, Armando de Matos), um tema ou vários em três a cinco cadernos (D. Sebastião Pessanha), em mais de dez números (António M. Mourinho, Abel Viana, Alexandre de Carvalho Costa, Augusto César Pires de Lima, Fernando de Castro Pires de Lima) e continuada ao longo de anos (Luís Chaves, J. Azinhal Abelho, Manuel Joaquim Delgado, Guilherme Felgueiras). Mas, sobre estes casos seleccionados para exemplificação há que referir ser a frequência na colaboração uma variável pouco esclarecedora da autoridade adquirida pelos autores, uma vez que alguns terão entretanto falecido e que outros intercalam períodos alongados entre os artigos que vão publicando.

Em termos temáticos a situação também não é homogénea. A frequência da colaboração publicada deveria ser associada ao conteúdo versado. Aqui as opções são múltiplas. Encontramos a abordagem de um tema por número, um tema continuado ao longo de vários fascículos ou ainda a situação duma rubrica estender-se por uma temporada

(L. Chaves: *Coisas & Lousas*, J. Azinhal Abelho: *Roteiro Lírico do Alentejo*, Fernando de C. Pires de Lima: *Crónicas de Aldeia*, etc.).

Num esboço preliminar para a caracterização do autor etnográfico patente nas páginas do *Mensário*, dir-se-á ainda que imperou um modelo de participação aberta, cujas traves mestras foram o estilo (curto, para ser popularizante) e o conteúdo (a doutrinação nacionalista). Da combinação destes requisitos resulta uma colaboração etnográfica versando o elemento rural, de preferência em vias de desaparecimento ou em desejada reanimação. São *entretimentos* - socorro-me da expressão que serve de título a uma pequena publicação de A. de Carvalho Costa - conduzindo a uma forma específica de textualização etnográfica.

No seu conjunto, os etnógrafos do MCP eram amadores, que viviam de outras profissões. Colocavam outros escritos etnográficos em diversas revistas de carácter regional, para além de muitas vezes editarem trabalhos mais extensos em separatas ou em edições de autor, sendo menos frequente a edição comercial. Na sua maioria foram *hommes de lettres*. Dos seus *curricula* constam ainda romances, poemas e abundante intervenção jornalística. A veia literária aliada à curiosidade de índole etnográfica conjugam-se, sendo que a última pode servir de inspiração à primeira.

Perante estas circunstâncias, é importante determinar o modo como estes autores acedem à etnografia. O material contido no *Mensário*, uma vez mais, proporciona pistas para a formulação de hipóteses de trabalho. Nesta ordem de ideias, a análise não se deve restringir à produção escrita e editada, mas de igual forma terá de reter o envolvimento social e cultural do autor. Parecem fundamentais as associações culturais ou científicas em que se insere, assim como as revistas onde se dá a conhecer como entusiasta da causa etnográfica, frequentemente misturada com a filologia e a arqueologia.<sup>13</sup> No *Mensário* separam-se águas: os *entretimentos* etnográficos vindos a lume articulam-se com a linguística e suprimem a componente arqueológica.

Na qualidade de etnógrafos nacionalistas, os colaboradores do MCP não querem estar sozinhos. Encontramos na revista invocações a personalidades da etnografia portuguesa recentemente desaparecidas: a José Leite de Vasconcelos é dedicado um número [145], o padre Firmino A. Martins [235], o abade de Baçal [20, 231] e D. Sebastião Pessanha [238]. Outros entretanto igualmente falecidos não são referidos, mesmo tendo em vida pertencido ao mesmo quadrante ideológico. O mundo dos vivos estava dividido.<sup>14</sup>

O *Mensário* não é um arquivo, mas um catálogo de aspectos das tradições populares a ressuscitar - ou seja, a cartilha secularizante dum ruralismo transposto para ideologia do regime. Nele seriam depositados *textos* que fixaram rifoneiros, cancioneiros, adagiários, a oratória religiosa popular e a normalização de quadros campestres regionais e locais. Foram edificados *palcos* ou ambientes cénicos a promover: o teatro popular (numa cruzada contra o cinema comercial), os agrupamentos folclóricos e respectivas exibições, a organização de desfiles históricos e os vários concursos (de estações ferroviárias ajardinadas, de aldeias típicas, de janelas e ruas floridas). Procedeu-se à criação de *emblemas* pela fixação de uma artefactualidade: os assobios de Estremoz, a olaria de Molelos e de Felgar, os galos de Barcelos, os presépios contra as árvores de natal, a preservação dos moinhos de vento aventada pelo SNI [200], a campanha promovida pela Mocidade Portuguesa Feminina pela recuperação dos nichos a Nossa Senhora [209], o levantamento da Junta Autónoma das Estradas denunciando um total de 1338 alminhas a restaurar através de comissões paroquiais [227], as mantas de Castelo Branco, a indumentária regional divulgada nas capas da revista, a campanha lançada por M. Couto Viana para a disseminação de cata-ventos e de relógios de sol pelas aldeias [295], a refuncionalização do Primeiro de Maio [104]. Eis situações concretas de recreações etnográficas contidas nas páginas do *Mensário*.

Resta indagar a repercussão que a revista possa ter tido junto das pessoas. Como as recreações etnográficas não são um acto colectivo, mas derivam duma liderança pessoal num contexto propício, parece-me muito provável que os números da revista tenham servido de inspiração a muitas pessoas espalhadas pelo país interessadas em promover iniciativas deste tipo.

O "Mensário das Casas do Povo" era um órgão governamental. Não terá sido o eco da vontade uníssona do regime neste sector de actuação, mas antes o trabalho continuado de um núcleo reduzido de pessoas, cujo traço comum terá sido uma acção intelectual em prol da pureza de princípios ideológicos, que o regime no seu quotidiano não conseguia ou não podia manter. Esta maior vitalidade militante transparece na revista até início dos anos 60. Posteriormente, os assuntos e as comunicações oficiais começam a ocupar maior volume de páginas, ganhando a revista mais forma de boletim do organismo tutelar. Esta alteração pouco perceptível numa análise superficial, poderá indiciar uma passagem de testemunho falhada entre gerações. Os fundadores e os colaboradores da primeira hora conheceram a república parlamentar, aderiram entusiasticamente à sua supressão e viveram de coração a ascensão do regime autoritário. Ao longo da década de 50, emergem em cena autores já nascidos no regime. São seguidores de empenho não menos forte, mas diferente, pois não partilharam o espírito inicial da revolução conservadora. Como hipótese estabeleça-se que na forma de encarar e escrever sobre temas de incidência etnográfica haverá uma diferença de postura. Enquanto uns se pautam por uma acção de escrita de intervenção nacionalista, os mais jovens seguem essa linha, sem o fulgor do combate político em campo aberto e buscando rigor não na virulência da postura polémica, mas na disciplina que procuram ao compilar informação - é o tempo dos inquéritos sem resultados apurados. Assim etnografia passa a ter base empírica, que é muitas vezes a lexicografia. Nesta ordem de ideias, nacionalismo e ideologia corporativista ganham uma nova faceta. Defender a pureza da língua é um imperativo nacional. Indagar a variabilidade lexicográfica na boca do povo é uma forma de integrar a diversidade cultural no conjunto nacionalista.

A linha ideológica do *Mensário* é definida desde o início nas palavras de A. J. de Castro Fernandes: a etnografia deve servir para o aporuguesamento, como meio do combate às tendências "cosmopolitas e desnacionalizadoras" (Fernandes 1947: 212-213 e [248]). No processo de folclorização em que se encontra Portugal desde os anos 30 é neste espírito nacionalista que o regime intervém no movimento folclórico. A sua acção é importante na fase inicial do movimento; a partir da década de 60, ela parece perder força, influência e capacidade interventora. Com a morte de M. Couto Viana desaparece também a revista, tudo ainda antes do colapso do regime. No entanto, as recreações etnográficas criadas pelo salazarismo haveriam de perdurar, pois a revolução de 1974 não as banuiu - antes pelo contrário. E, desde a década de 80, assiste-se a uma refolclorização acelerada, que implica quase sempre a reciclagem directa ou atenuada do que fora inventado sob o autoritarismo.

Temos melhor conhecimento das ligações entre regimes autoritários e movimentos folclóricos - trata-se duma instrumentalização clara e assumida. Analisou-se um aspecto do contexto português, no qual se devem reter quatro elementos: a) a longevidade do regime, b) a força da acção interventora recaí na década de 50, c) em Portugal, o processo de folclorização é tardio em comparação com outros países da Europa e d) a génese do respectivo quadro ideológico nasce num período anterior à instauração do regime ditatorial.

A análise das relações entre regimes políticos e movimentos folclóricos não pode ser reduzida a um enunciado dicotómico. Para outros contextos nacionais, a bibliografia revela um panorama diversificado: a ascensão de movimentos de independência nacional (Herzfeld 1986, Wilson 1976, Karnoouh 1990), ou os surtos regionalistas (Duflos-Priot 1995, McDonald 1989). Desta forma há que distinguir entre processos de folclorização que dão origem a movimentos sociais, tão característicos ao longo do século XX; e, na

articulação entre regime político e a folclorização emergente ou já existente, pode não se verificar um processo de causa e efeito, mas uma articulação mais complexa entre ideologias políticas dominantes e modos de as difundir. Autoritarismo e democracia recorrem aos movimentos folclóricos como meios eficazes para essa difusão.

## Notas

<sup>1</sup> Trabalho feito no âmbito do projecto de investigação *A revivificação do património cultural expressivo tradicional em Portugal no século XX* (Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Instituto Camões, Programa Lusitânia Plus/ Cul/ 1163/95). A coordenação é de Salwa El-Shawan Castelo Branco (Universidade Nova de Lisboa). Agradeço informações biográficas facultadas por Paulo Lima, Fernando Bessa, Fátima de Sá, João Miguel Felgueiras, José Carlos Ferreira, Museu Marítimo (Ílhavo), Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Assembleia Distrital de Lisboa, Biblioteca Municipal de Elvas, Biblioteca Municipal de Nisa, Museu de Olaria (Barcelos). Outros dados foram colhidos na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (GEPB s. d.) e no *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (Lisboa 1991-98). Muitos dos elementos obtidos são de encantar com alguma reserva, visto *Enciclopédia* e *Dicionário* nem sempre coincidirem. A aferição dos títulos de etnografia publicados por cada autor foi feita com base nas bibliografias etnográficas existentes (Pereira 1965, Barata & Cintra 1976). Após a saída do último fascículo do MCP, seria publicado um caderno extra com um *Índice por ordem alfabética de autores* elaborado para toda a colecção, que tomei como uma das bases de trabalho, uma vez feito o respigo. As indicações entre parêntesis rectos remetem para números da revista.

<sup>2</sup> O director inicial foi Mário Madeira [1-9]. Seguiu-se-lhe como director interino Manuel França Vigon [10-18] e posteriormente [19-306] F. Cid Proença. A partir de 1971 [295] a revista só tem director e editor. M. Couto Viana foi um destacado ilustrador, muito interessado na sensibilização pelo motivo de inspiração etnográfica. Álvaro Ribeiro era filósofo e tradutor nesta especialidade. Todos eram funcionários do Ministério das Corporações.

<sup>3</sup> O seu livro intitulado *Ganharias* (1939) sobre a vida rural alentejana pode ser visto como uma continuação da obra de Silva Picão *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (Concelho de Elvas)*, com várias edições (1903-05, <sup>2</sup>1947, <sup>3</sup>1982) vindas a público.

<sup>4</sup> A *Monografia da Gafanha*, foi surgindo inicialmente em *O Ilhavense*, um jornal local, sendo compilada em livro em 1936. Em 1944 é feita uma segunda edição, com um prefácio do geógrafo Orlando Ribeiro. Em 1989 o município de Ílhavo imprimiu em *facsimile* esta última edição.

<sup>5</sup> O autor assina com iniciais (J. P.).

<sup>6</sup> Num levantamento de colecções etnográficas existentes em museus locais de todo o país, empreendido na década de 90 (cf. Roteiro 1997, 1998), verifica-se - de acordo com os resultados já publicados -, que os acervos existentes raramente incluem peças recolhidas no período que nos interessa, mas reflectem uma segunda vaga de ímpeto colectivo ocorrida na década de 70 (sobretudo no período durante e posterior à Revolução). Esta uma conclusão preliminar minha ao tentar avaliar a situação relativa ao material já publicado. Por outro lado, julgo que a motivação para recolhas de incidência etnográfica a nível local - a população recolhe e reúne espólio sobre a sua área de residência tinha por objectivo conseguir elementos para a indumentária e enquadramento cénico nas exposições dos agrupamentos folclóricos.

<sup>7</sup> Refiro-me a altos funcionários e a políticos com cargos no governo do Ministério das Corporações (mais tarde também da Previdência Social), como Jorge Felner da Costa (1916-1976), Fernando Cid Proença [151], Gonçalves Proença [246] ou António Júlio de Castro Fernandes (1903-1975), logo no lançamento da revista [1]. Todos eles defendem esta posição de princípio na política do ministério, onde se inseriam organismos como a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) - de que, recorde-se, o *Mensário* era o órgão oficial -, ou a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Esta última teve igualmente durante alguns anos uma revista *Alegria no Trabalho. Boletim da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho* (1945-49, perfazendo 60 fascículos), cujo conteúdo não tem interesse para este estudo.

<sup>8</sup> Do respigo feito à colecção completa da revista, verifica-se que entram neste âmbito a maioria das colaborações publicadas. Delas muitas insistem na recuperação de usos e costumes esquecidos, outras tantas simplesmente relatam lembranças casuais de infância, alguns inspiram-se em matéria nostálgica para redigirem ficção literária. A título ilustrativo cito alguns casos colhidos quase ao acaso. João de Castro Osório (1899-1970) foi um literato nacionalista que no *Mensário* debita durante anos "recomposições populares" [18-85, com interrupções]. José Manuel Landeiro (1905-1975), professor primário, delegado escolar, muito dedicado à popularização etnográfica, pode ser considerado colaborador constante no MCP [65-306, praticamente sem interrupções]; especializa-se no levantamento de procissões e cortejos. Francisco Matos Gomes (1913-?) publica com regularidade [63-276, com

interrupções] sobre vários temas, como festas, danças e desenraizamento rural [109, 113]. Ou ainda Zuzarte de Mendonça Filho (1877-1967), também com colaboração constante [66-306], discorre sobre a doutrina corporativa, santos e santas de Portugal, os bons preceitos na vida familiar, teatro para as populações rurais e naturalmente também sobre a "pureza dos costumes" [91, 92, 93, 95]. Finalmente Elisa Vilares Cepeda (1925-), colaboradora regular ao longo dos anos [23-301], disserta preferencialmente sobre natalidade e outros temas considerados femininos, mas não descarta recordações de infância na rubrica *Costumes doutros tempos* [103, 109, 116, 202, 227, 232, 285]. Todos são apologistas notórios do regime.

<sup>9</sup> Tanto o lançamento do inquérito, como os resultados obtidos não foram divulgados na revista. Dados consultados no espólio de Joaquim B. Roque, adquirido pela Câmara Municipal de Portel. A circular n.º 479/50 da JCCP é de 26 de Abril de 1950, a resposta de Joaquim Roque é remetida em carta de 26 de Maio e os resultados do inquérito são comunicados aos participantes em 25 de Julho do mesmo ano. No presente contexto interessa o apuramento feito à última questão colocada. Assim obtiveram mais de cinco votos para vir eventualmente a dirigir a revista os seguintes nomes: Luís Chaves 20, Augusto C. Pires de Lima 13, A. Jorge Dias 11, Guilherme Felgueiras 10, Armando de Matos 9, Jaime Lopes Dias 9, Fernando C. Pires de Lima 7, D. Sebastião Pessanha 7, Abel Viana 6, Francisco Lage 5, M. Cardoso Martha 5, Manuel de Paiva Boléo 5. A ideia parece ter amadurecido. Pelos vistos, só muitos anos depois se concretiza. Trata-se da *Revista de Etnografia*, com periodicidade semestral, publicada no Porto, tendo como director Fernando de Castro Pires de Lima (n.º 1, 1963 ao n.º 32, 1972). Com a morte do director desaparece a revista - situação que repete o destino do próprio *Mensário*, se atendermos a que M. Couto Viana terá sido a sua figura-chave. Já a *Revista Lusitana*, publicada de 1887 a 1943, de José Leite de Vasconcelos, acabara após o seu falecimento, ocorrido em 1941.

<sup>10</sup> São palatinos desta ideia, entre outros Adriano Vasco Rodrigues Preparação etnográfica e folclórica dos professores na escola do Magistério Primário [110, 112, 114, 118, 125], Alfredo Reis Vantagem que adviria do ensino da etnografia nas escolas do magistério primário [44], padre Baptista Fernandes A etnografia na escola [67], Fernando Falcão Machado Etnografia e escola [62], Gastão de Bettencourt O Folclore e a escola primária [66], Heloísa Cid A etnografia perante o ensino primário [63], Manuel Joaquim Delgado Necessidade de criação da cadeira de folclore nas escolas do Magistério Primário... [102], Maria José Gamito A etnografia e a educação [68]. Curiosamente esta insistência desaparece em finais da década de 50. Desde 1947 ou 1953 existia na FNAT um Gabinete de Etnografia, durante muitos anos orientado por Tomás Ribas (1918-1999) para a supervisão artística dos agrupamentos folclóricos amadores. Em 1965 terá sido criado um Instituto de Etnografia Nacional, dependente do SNI, do qual não encontrei até agora rasto de actividade.

<sup>11</sup> Em 1956 seriam criadas casas dos pescadores.

<sup>12</sup> "A maior parte dos adultos e dos jovens, fizeram parte deles, a vários momentos, e os pais enviam as suas crianças aos ensaios semanais com o mesmo espírito com que os enviam à escola ou à catequese." (Espírito Santo 1980: 142). Diversos factores interferem neste sentido. A difusão da rádio [35] e posteriormente da televisão [176, 199, 213], o cinema comercial [102, 216] que vence sempre o teatro popular imposto como alternativa sem eficácia [32, 69, 72-74, 175, 185, 193, 211-213, 216-220, 229-231, 241-243, 246, 273-274, 299-301], as histórias aos quadradinhos de *cowboys* no *far west* americano, com antifódo por descobrir [202], os modelos de vestidos das revistas de modas que as raparigas prontamente copiam nas suas máquinas de costura [30], o êxodo de jovens para criadas de servir nas cidades ou como operárias durante os anos 50 dando início à litoralização acentuada do país [59, 65, 73-78, 73-75, 142, 145], a emigração autorizada ou clandestina rumo além-Pirinéus na década de 60 [180, 191], a guerra colonial [242], o problema (suposto) dos desmobilizados [237], a nova realidade dos emigrantes em férias nas aldeias [255], a saída generalizada de rapazes para conhecer ambientes tropicais, onde adquirem outros hábitos de consumo, a profusão de rádios nos lares com filhos mobilizados, para ouvir os programas oficiais com notícias e mensagens pessoais dos soldados, ou a campanha turística internacional "Abril em Portugal" [215, 285, 286]. Estes temas de actualidade encontram eco directo ou insinuado nas páginas do *Mensário*.

<sup>13</sup> Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia são as associações nacionais que relevei em muitos deles, sendo alguns sócios em mais de uma. Quanto às revistas, uns tornam-se conhecidos no meio ao publicarem na *Revista Lusitana*. É elucidativa também a actividade desenvolvida em comissões nacionais, regionais ou locais e as polémicas em que se envolvem. As filiações sociais e científicas nem sempre são de imediato perceptíveis. Alguns casos relativos aos autores de que me venho ocupando evidenciam a importância desta vertente. O padre António M. Mourinho assume filiação intelectual perante o abade de Baçal (1865-1947), J. A. da Capela e Silva será visto como continuador de J. da Silva Picão (1859-1922). José Rosa de Araújo foi aluno de Abel Viana. Seria importante aprofundar a manutenção de eventuais linhas de continuidade e o estabelecimento de prováveis processos de rotura.

<sup>14</sup> Não só a equipa editorial da revista, como alguns dos colaboradores por mim identificados, na sua juventude foram militantes de agrupamentos fascistas, posteriormente neutralizados por Salazar. Nomes como A. J. Castro

Fernandes, João de Castro Osório, Augusto César Pires de Lima, Fernando de Castro Pires de Lima só na década de 30 aderem (ou submetem-se) ao regime (cf. Pinto 1994). Em quase todos os restantes - mesmo não tendo tido uma militância tão radical, é verificável um envolvimento directo em plena sintonia com o salazarismo (membros da Legião Portuguesa, funcionários superiores do SNI ou do Ministério das Corporações, membros de júris literários ou laureados também pelo SNI, etc.) Não marcam presença no *Mensário* e pertencem a esta linha figuras então de grande destaque, como José de Sá Pereira Coutinho, Conde de Aurora (1896-1969), Pedro Homem de Melo (1904-1984) ou Joaquim Sellés Paes de Vilas Boas (1913 -1990).

### Bibliografia

- BARATA, Maria da Graça T. & L. F. LINDLEY CINTRA, 1976, *Bibliografia Dialectal galego-portuguesa*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (= Publicações do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, 3).
- BRANCO, Jorge Freitas, 1995, "Lugares para o povo: uma periodização da cultura popular em Portugal", *Revista Lusitana (n.s.)* 13-14: 145-177.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1999, "A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal", *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, III (1): 23-48.
- CUTILEIRO, José, 1977 (1971), *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- DOW, James & H. LIXFELD (orgs.), 1994, *The Nazification of an Academic Discipline. Folklore in the Third Reich*. Bloomington, Indiana University Press.
- DUFLOS-PRIOU, Marie-Thérèse, 1995, *Un siècle de groupes folkloriques en France. L'identité par la beauté du geste*. Paris, L'Harmattan.
- FREIRE, Dulce, I. FONSECA, P. GODINHO, 1997, "O dilema do Estado Novo: "A criação duma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la", *Arquivos da Memória. Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa* 3: 35-52.
- ESPIRITO SANTO, Moisés, 1980, *Comunidade Rural ao norte do Tejo. Um estudo de sociologia rural*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FAURE, Christian, 1989, *Le Projet Culturel de Vichy. Folklore et révolution nationale, 1940-1944*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- FERNANDES, António Júlio de Castro, 1947, *Enfrentando o destino das Casas do Povo: Discursos proferidos pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social*. Lisboa, Junta Central das Casas do Povo.
- GEPB (s.d.) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.
- GERNDT, Helge (org.), 1987, *Volkskunde und Nationalsozialismus. Referate und Diskussionen einer Tagung*. Munique (= Münchner Beiträge zur Volkskunde, 7).
- HERZFELD, Michael, 1986, *Ours Once More. Folklore, Ideology and the Making of Modern Greece*. Nova Iorque, Pella Publishing Company, Inc.
- KARNOUHI, Claude, 1990, *L'invention du peuple. Chroniques de Roumanie*. Paris, Éditions Arcantère.
- LISBOA, Eugénio (coord.), 1991-98, *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Mem Martins, Publicações Europa América.
- LIXFELD, Hannjost, 1994, *Folklore and Fascism: The Reich Institute for German Volkskunde*. Bloomington, Indiana University Press.
- MCDONALD, Maryon, 1989, *We are not French! Language, Culture and Identity in Brittany*. Londres, Routledge.
- MELO, Daniel de, 1997, *Salazarismo e Cultura Popular, 1933-1958*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de mestrado).

- PEREIRA, Benjamim E., 1965, *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- PINTO, António Costa, 1993, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa, Editorial Estampa.
- PINTO, António Costa, 1994, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa, Editorial Estampa.
- RIEGELHAUPT, Joyce F., 1979, "Os camponeses e a política no Portugal de Salazar - O Estado Corporativo e o "apoliticismo" nas aldeias", *Análise Social* 59: 505-523.
- RIEGELHAUPT, Joyce F., 1982, "O significado religioso do anticlericalismo popular", *Análise Social* 72-73-74: 1213-1230.
- ROSAS, Fernando & J. M. BRANDÃO DE BRITO (org.), 1997, *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Presença.
- ROTEIRO, 1997, *Roteiro de Museus (Coleções Etnográficas). Lisboa e Vale do Tejo. Primeiro Volume*. Lisboa, Olhapim.
- ROTEIRO, 1998, *Roteiro de Museus (Coleções Etnográficas). Alentejo e Algarve. Segundo Volume*. Lisboa, Olhapim.
- TORGAL, Luís Reis & A. CARVALHO HOMEM, 1982, "Ideologia salazarista e cultura popular: Análise da biblioteca de uma casa do povo", *Análise Social* 72-73-74: 1437-1464.
- WILSON, William, 1976, *Folklore and Nationalism in Modern Finland*. Bloomington, Indiana University Press.